

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente com ressalva, com data de 30 de abril de 2025.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 29 de abril de 2024.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A -INTENSA
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATORIOS DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais- R\$)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.851	60.787	Fornecedores	11	5.443	2.194
Aplicação Financeira	7	40.987	118.826	Debêntures	12	56.387	306.744
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	21.211	13.689	Impostos e contribuições a recolher	13	1.659	4.206
Serviços Pedidos		3.490	6.925	Encargos setoriais		8.394	10.197
Despesas Pagas antecipadamente		7	7	Dividendos a pagar		2.154	2.943
Impostos a recuperar		12.861	14.874	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		544	530
Adiantamentos a fornecedores		6.799	-	Incentivos fiscais		-	539
Depósitos judiciais		260	244	Participações nos Lucros		-	563
Outros créditos a receber		407	328	Outros passivos circulantes		657	2.077
Total do ativo circulante		89.873	215.680	Total do passivo circulante		75.238	329.993
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		32	32	Debêntures	12	334.458	193.427
Imobilizado	8	432.795	438.991	Encargos setoriais		266	-
Intangível	10	4.870	4.207	Provisão para Riscos		21	-
Total do ativo não circulante		437.697	443.230	Incentivos fiscais		9.329	10.152
				Total do passivo não circulante		344.074	203.579
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		143.790	143.790
				Reserva legal		2.493	1.952
				Reservas de lucros		76.734	68.353
				Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		10.820	9.154
				Reserva de investimentos		77.455	77.454
				Proventos excedentes da contabilidade societária		(203.034)	(175.365)
				Total do patrimônio líquido		108.258	125.338
Total do ativo		527.570	658.910	Total do passivo e patrimônio líquido		527.570	658.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações em continuidade		<u>127.543</u>	<u>163.038</u>
Disponibilização do sistema de transmissão		127.543	163.038
Tributos		<u>(11.778)</u>	<u>(15.145)</u>
PIS		(3.500)	(2.699)
COFINS		(8.262)	(12.430)
ISS		(16)	(16)
Encargos		<u>(6.170)</u>	<u>(7.318)</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		(4.602)	(5.347)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(428)	(561)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.140)	(1.410)
Receita líquida	16	<u>109.595</u>	<u>140.575</u>
Custos e despesas	17	<u>(44.500)</u>	<u>(41.350)</u>
Pessoal		(3.843)	(5.819)
Material		(916)	(787)
Serviços de terceiros		(14.551)	(8.782)
Arrendamento e aluguéis		(168)	(145)
Depreciação e amortização		(24.377)	(23.610)
Outras receitas (despesas) operacionais		(645)	(2.207)
Resultado da Atividade		<u>65.095</u>	<u>99.225</u>
Resultado Financeiro		<u>(41.352)</u>	<u>(50.915)</u>
Receitas financeiras	19	11.465	27.075
Despesas financeiras	19	(52.817)	(77.990)
Despesa com impostos sobre o lucro		<u>(2.110)</u>	<u>(11.924)</u>
Corrente		(2.110)	(11.924)
Lucro líquido do exercício		<u>21.633</u>	<u>36.386</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A - INTESA
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIOS DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais- R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>21.633</u>	<u>36.386</u>
Total resultados abrangentes	<u><u>21.633</u></u>	<u><u>36.386</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A - INTESA
 DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATÓRIOS DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais- R\$)

Nota	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da contabilidade societária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>22.756</u>	<u>4.339</u>	<u>70.924</u>	<u>116.695</u>	<u>40.731</u>	<u>-</u>	<u>(163.550)</u>	<u>-</u>	<u>91.895</u>
Lucro líquido do exercício								36.386	36.386
Constituição da reserva legal		1.952						(1.952)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais				9.154				(9.154)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios								(371)	(371)
Realização de reserva de lucros a realizar			(2.572)					-	(2.572)
Constituição de reserva para investimentos e expansão					36.724			(36.724)	-
Aumento de capital social	121.034	(4.339)		(116.695)				-	-
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária							(11.815)	11.815	-
									-
									-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>143.790</u>	<u>1.952</u>	<u>68.352</u>	<u>9.154</u>	<u>77.455</u>	<u>-</u>	<u>(175.365)</u>	<u>-</u>	<u>125.338</u>
Lucro líquido do exercício								21.633	21.633
Constituição da reserva legal		541						(541)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais				1.666				(1.666)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios								(2.154)	(2.154)
Realização de reserva de lucros			(36.559)			36.559		-	-
Pagamento de dividendos						(36.559)		-	(36.559)
Transferência para reserva de lucros			44.941					(44.941)	-
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária							(27.669)	27.669	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	<u>143.790</u>	<u>2.493</u>	<u>76.734</u>	<u>10.820</u>	<u>77.455</u>	<u>-</u>	<u>(203.034)</u>	<u>-</u>	<u>108.258</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A -INTESA
 DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXAS REGULATÓRIOS DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais- R\$)

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.633	36.386
Ajuste para:		
Amortização e Depreciação	24.383	23.610
Baixa de Imobilizado	9.580	-
Encargos de dívidas e juros	49.916	68.242
Rendimentos de aplicações financeiras	(11.668)	(28.322)
Amortização do custo de captação de empréstimos e financiamentos	498	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	2.110	11.924
Provisão para riscos	21	-
	96.473	111.840
Variações em:		
Contas a receber de concessionárias e permissionária	(7.522)	6.406
Impostos e contribuições a recuperar	2.013	(2.873)
Adiantamento a fornecedores	(6.799)	132
Depósitos judiciais	(16)	-
Outros créditos a receber	(79)	1.395
Serviços pedidos	3.435	80
Fornecedores	3.249	(28.135)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	14	176
Participações nos lucros	(563)	(32)
Incentivos fiscais	(823)	(682)
Impostos e contribuições a recolher	(2.547)	(501)
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher	(126)	(930)
Encargos setoriais	(1.537)	2.032
Outras contas a pagar	(1.959)	1.387
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(13.260)	90.295
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.984)	(18.566)
Juros pagos de debêntures	(48.954)	(64.151)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	32.275	7.578
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	89.507	26.755
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(28.430)	24.026
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	61.077	50.781
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de principal das debêntures	(110.786)	-
Pagamento de dividendos	(39.502)	(52.314)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(150.288)	(52.314)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(56.936)	6.045
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	60.787	54.742
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.851	60.787
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(56.936)	6.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “INTESA”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de dezembro de 2005, é controlada pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (“IEB”), e tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) LT Colinas - Miracema, 500kV, circuito simples - 173km.
- (b) LT Miracema - Gurupi 500kV, circuito simples - 255 km.
- (c) LT Gurupi - Peixe 2, 500kV, circuito simples - 72 km.
- (d) LT Peixe 2 - Serra da Mesa 2, 500 kV, circuito simples - 195 km.
- (e) Subestações Peixe 2 e Serra 2.

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão da Companhia são:

<u>Número</u>	<u>Anos</u>	<u>Prazo</u>	<u>RAP 24/25</u>	<u>Índice Correção</u>
002/2006	30	04/2036	R\$117.524	IPCA

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP, que será atualizada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R\$ 117.524 conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024.

A Receita Anual Permitida (RAP) é composta pelas remunerações das instalações objeto do Contrato de Concessão (citadas acima), e pelas instalações objeto de autorizações (reforços ou melhorias autorizadas pela ANEEL), conforme relação abaixo:

- REA nº 5.906/2016 - Substituição do banco de capacitores da subestação (SE) Peixe II.
- REA nº 6.259/2017 - Substituição do banco de capacitores da SE Miracema e Gurupi, e instalação reator de barra monofásico da SE Miracema.
- REA nº 7.761/2019 - Aquisição e instalação de dois conjuntos de baterias/retificadores de 48VCC independentes entre si para o sistema de Telecomunicações da SE Gurupi, Peixe 2 e Serra da Mesa 2, e chaveamento automático do banco de reatores de barra - RT8 da SE Miracema.

Conforme contrato de concessão, a partir do 16º ano de operação comercial (ciclo 2023/2024), a RAP sofreu uma redução de 50%.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 3.343 (vigente a partir de 1º de julho de 2024), reajustou a RAP em -3,80%.

1.1. Alteração do controle societário - compra e venda de ações

Em 1º de novembro de 2023, foi divulgado ao mercado que, conforme aprovado em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. (Vendedora) em 30 de outubro de 2023, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de ações entre a Vendedora e a IEB (Compradora), com interveniência e anuência da “Caisse de Dépôt et Placement du Québec” (CDPQ), por meio do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA.

Em 21 de março de 2024, a Vendedora e a Compradora efetivaram o fechamento da operação, resultando na aquisição, pela Compradora, de 100% do capital social votante da Companhia.

1.2. Contrato De Concessão

O Contrato de Concessão nº 02/2006 assinado entre a ANEEL e a Companhia, em 27 de abril de 2006, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O Contrato de Concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 26 de abril de 2036, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1108/2012, com validade de 08 anos contados a partir de sua assinatura, tendo sido sua renovação requerida dentro do prazo mínimo estabelecido de 120 dias, antes do término da sua validade. O protocolo foi realizado na data de 27 de junho 2020, através da carta Intesa / Bsb / 052/2020. A licença de operação continua válida.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada em 30 de abril de 2025 pela Diretoria.

2. O Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas - partes da potência da usina.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE exige tratamentos e divulgações alternativos para certas práticas contábeis e de divulgação das demonstrações contábeis regulatórias. As diferenças entre as práticas contábeis regulatórias e as práticas contábeis adotadas no Brasil estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa.

3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício e estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

3.4. Informações por Segmento

A Companhia, atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e tem como atividade a disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”). Este contrato estabelece os termos e as condições que regulam o ONS na cobrança e liquidação dos encargos de uso de transmissão, sem a interferência da Companhia sobre a definição dos usuários e quanto cada um pagará pelo acesso das linhas de transmissão. A gerência e administração do contrato será de inteira responsabilidade do ONS, sem qualquer obrigação contratual direta da Companhia frente aos usuários que acessarão a linha de transmissão.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras societárias descritas na nota explicativa 2.4, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

a) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

b) Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por *impairment* a serem reconhecidas no período apresentado.

d) Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

4.1. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigor em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- ICPC 01 - Contratos de Concessão

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

5. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

a) Risco de crédito

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas ou agentes que utilizam a infraestrutura do Sistema Interligado de Nacional (“SIN”), cuja concessão da Companhia faz parte, por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”). Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do SIN de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres a obrigação do pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da Companhia.

c) Risco de taxa de juros e inflação

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros e inflação.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

<u>Indicadores</u>	<u>Exposição Realizado (i)</u>	<u>Cenário I (Provável) (i)</u>	<u>Cenário II + 25%</u>	<u>Cenário III + 50%</u>
<u>Ativo</u>				
CDI/Selic	<u>10,83%</u>	<u>15,00%</u>	<u>18,75%</u>	<u>22,50%</u>
Caixa e Equivalentes	<u>3.852</u>	<u>578</u>	<u>722</u>	<u>867</u>
<u>Passivo</u>				
IPCA	<u>4,83%</u>	<u>5,50%</u>	<u>6,88%</u>	<u>8,25%</u>
Debêntures	<u>390.845</u>	<u>(21.496)</u>	<u>(26.871)</u>	<u>(32.245)</u>
Despesa líquida das variações		<u>(20.918)</u>	<u>(26.149)</u>	<u>(31.378)</u>

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 24 de janeiro de 2025.

d) Risco Regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	1.470	451
<u>Equivalentes de caixa</u>		
Certificado de Depósito Bancário - CDB (a)	2.381	60.336
Total	3.851	360.787

- (a) Os saldos de equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e a aplicações em fundos de CDB's em instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R3).

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 97% a.a. do CDI (102,93% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Circulante	2024	2023
<u>Fundo de Investimento (a)</u>		
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	525
Cotas de fundos de investimento	-	118.301
Fundo aberto	40.987	-
Total	40.987	118.826

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos e operações compromissadas. Em 2024 a rentabilidade do fundo foi de 99% do CDI e parte dos valores depositados nos fundos de investimentos foram resgatados para pagamento das debêntures 2024 – vide Nota Explicativa nº 8.

8. CONTAS A RECEBER CONCESSIONARIAS E PERMISSONARIAS

Descrição	Corrente a vencer		Corrente vencida			Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	9.980	456	669	725	9.381	21.211	13.689
Total	9.980	456	669	725	9.381	21.211	13.689

A companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não recebimento, como agente de transmissão, poderá acionar o mecanismo de constituição de garantia dos agentes junto ao ONS.

9. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Administrativo					
Máquinas/Equipamentos	10%	49	(6)	43	-
		49	(6)	43	-
Transmissão					
Terrenos		21	-	21	21
Edificações e obras	3,6%	15.907	(2.522)	13.385	2.679
Máquinas e equipamentos	2,9%	703.033	(317.141)	385.891	398.561
Veículos		607	(607)	-	-
Móveis e utensílios	2,9%	910	(119)	791	6
Imobilizado em Andamento		32.664	-	32.664	37.724
		753.141	(320.388)	432.752	438.991
Total		753.189	(320.394)	432.795	438.991

A movimentação do imobilizado é como segue:

	2023	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	2024
Administrativo						
Máquinas e equipamentos	-	48	-	-	(6)	42
Total	-	48	-	-	(6)	42
Transmissão						
Terrenos	21	-	-	-	-	21
Edificações e obras	2.679	11.248	-	-	(542)	13.385
Máquinas e equipamentos	398.561	9.646	11.044	(9.580)	(23.780)	385.891
Móveis e utensílios	6	838	-	-	(52)	792
Imobilizado em Andamento	37.724	5.984	(11.044)	-	-	32.664
	438.991	27.716	-	(9.580)	(24.374)	432.753
Total	438.991	27.764	-	(9.580)	(24.380)	432.795

10. INTANGIVEL

	Taxa de amortização	2024		2023
		Custo	Amortização	Saldo líquido
Transmissão				
Softwares	20%	448	(249)	199
Servidões		1.898	-	1.898
Softwares em Curso		2.773	-	2.773
		<u>5.119</u>	<u>(249)</u>	<u>4.870</u>
				<u>4.207</u>

11. FORNECEDORES

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Materiais e serviços (a)	5.443	1.955
Partes relacionadas	-	4
Encargos de uso da rede elétrica	-	235
Total	5.443	2.194

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.

12. DEBÊNTURES

12.1. Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldos iniciais	500.171	539.920
Encargos	49.916	67.496
Amortização	(110.786)	(43.840)
Pagamento de juros	(48.954)	(64.151)
Custo de captação (a)	498	746
Saldos Finais	390.845	500.171
Circulante	56.387	306.744
Não Circulante	334.458	193.427
Total	390.845	500.171

- (a) Em 13 de março de 2024, foi firmado o Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, onde ficou determinado o que segue:
- (i) R\$65.000 foram amortizados em 01 de abril de 2024, conforme quadro acima, e;
 - (ii) O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas, sendo a primeira amortização em 29 de março de 2027, a segunda amortização em 29 de março de 2028 e a última amortização na Data de Vencimento da 1ª Série, em 29 de março de 2029, e corrigido por CDI + 1,30%.
- (b) Refere-se à amortização do custo de transação/captação.

12.2. Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2024		Total
							Passivo Circulante	Passivo não circulante	
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	46.819	-	46.819
2ª	(1)/(2)/(3)	1ª	250.000	CDI + 1,30% a.a.	mar/19	mar/29	5.407	184.523	189.930
2ª	(1)/(2)/(3)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	4.161	149.935	154.096
							<u>56.387</u>	<u>334.458</u>	<u>390.845</u>

Características das Debêntures

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Não conversíveis em ações
- (3) Espécie Quirografária
- (4) Debêntures Incentivadas

A totalidade dos recursos obtidos da 1ª Emissão foram aplicados no custeio das despesas relativas ao aumento da capacidade dos Bancos de Capacitores Série da interligação Norte-Sul, de forma a eliminar a restrição de transferência de energia dos submercados Norte/Nordeste para o submercado Sudeste/Centro-Oeste. Já a totalidade dos recursos da 2ª Emissão foi destinada ao pré-pagamento da 2ª Série da 1ª Emissão de debêntures e gestão ordinária dos negócios da Companhia.

12.3. Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

<u>Vencimento</u>	2024	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>56.387</u>	<u>14%</u>
2026	150.000	38%
2027	61.667	16%
2028	61.667	16%
Após 2028	61.666	16%
Subtotal	335.000	86%
Custo de captação (não circulante)	<u>(542)</u>	<u>0%</u>
Não circulante	<u>334.458</u>	<u>86%</u>
Total	<u>390.845</u>	<u>100%</u>

12.4. Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem covenants não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de vigência poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia e os indicadores obtidos em 31 de dezembro de 2024:

<u>Covenants debêntures</u>	<u>1ª e 2ª Emissões</u>
1ª Dívida Líquida/EBITDA ajustado:	4,9

O indicador acima obedece fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA ajustado, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. A apuração dos covenants é realizada de forma trimestral e deve ser inferior a 4,5. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não esteve dentro do limite estipulado nos contratos. As Escrituras das Debêntures determinam que o não atingimento por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres intercalados configura um evento vencimento antecipado não automático que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. Neste contexto, na data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há evento de default dos referidos contratos.

Até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia ainda não havia finalizado o cálculo e a correspondente análise do índice financeiro referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

13.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	<u>IR /CS</u>	<u>IR /CS</u>
Lucro antes do IR e CSLL	23.743	48.310
Alíquotas nominais vigentes	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Valores esperados	8.073	16.425
IRPJ e CSLL anos anteriores	315	-
Incentivo Fiscal SUDAM	(1.665)	(9.154)
Outros	(4.613)	4.653
IR E CSLL efetiva	<u>2.110</u>	<u>11.924</u>
Taxa Efetiva	9%	25%

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (R\$878 em 31 de dezembro de 2024 e R\$9.187 em 31 de dezembro de 2023) originam-se, substancialmente, dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

14. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais.

Há uma provisão constituída, no valor de R\$ 21, referente a 1 processo de servidão cujo risco de perda é provável:

	2024	2023
Cível	21	-
Total	21	-

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso como possíveis, com valores atualizados com base em 31 de dezembro de 2024 conforme dados apresentados na tabela abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cível	191	-
Trabalhista	16	35
Fiscal	103	96
Ambiental	-	<u>9.286</u>
Total	<u>310</u>	<u>9.417</u>

14.1. Cíveis

Existe uma contingência cível, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, para as quais não foi constituída provisão, no valor de R\$191 referente a 01 (um) processo de servidão administrativa.

14.2. Trabalhistas

Existe uma contingência trabalhista, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, no valor total atualizado de R\$16, para as quais não foi constituída provisão.

14.3. Fiscais

Existe uma contingência fiscal, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, no valor atualizado de R\$103 para as quais não foi constituída provisão, que discute a exigência de multa por atraso no pagamento de IRPJ e CSLL.

14.4. Ambiental

Ação Civil Pública que trata do descumprimento da condicionante 2.7 na Licença de Instalação nº 443/2007 expedida pelo IBAMA. No processo em questão, foi proferida a sentença de extinção, e a provisão foi alterada para risco remoto. O Ministério Público interpôs recurso de apelação e, até que haja uma decisão sobre o recurso, o risco envolvido permanece remoto.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras societária, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 31 de março de 2025. O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico determina que a constituição das referidas reservas deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras societárias.

15.1. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$143.790, e está representado por 170.000.000 ações ordinárias de R\$ 0,85 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 2024 era:

<u>Acionistas</u>	<u>2024</u>
Infraestrutura e Energia Brasil S.A.	<u>143.790</u>
Total	<u><u>143.790</u></u>

Em 31 de dezembro de 2024, o capital está representado por 170.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

No exercício de 2024 foram declarados e provisionados, reserva legal (5% do Lucro Líquido) e os dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido), conforme previsto no estatuto da companhia. O saldo restante foi contabilizado na reserva de lucros conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	2024
Infraestrutura e Energia Brasil S.A.	<u>143.790</u>
Total	<u>143.790</u>
	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício - societário	10.822
(-) Reserva legal - 5%	(541)
(-) Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	<u>(1.666)</u>
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório - 25%	8.615
(-) Dividendos Mínimos obrigatórios	(2.154)
Outros ajustes (a)	<u>38.480</u>
(-) Alocação para Reservas de Lucros a Realizar	<u>(44.941)</u>

- (a) A Companhia identificou uma inconsistência no cálculo dos valores de PIS/COFINS diferidos passivos, a qual resultou em um ajuste de R\$38.480, registrado diretamente a crédito no patrimônio líquido, por não estar relacionado às operações do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 2024, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 39.500 com base nas seguintes fontes:

- (i) R\$ 2.943 dos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do resultado de 2023, e
- (ii) R\$ 36.559 da reserva de lucros.

15.2. Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (societário)	10.822	48.201
Quantidade de ações	<u>170.000</u>	<u>170.000</u>
Lucro por lote de mil ações	<u>63,65</u>	<u>283,54</u>

15.3. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração contava com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, que foram remunerados pela antiga controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhadas com as controladas. A remuneração efetuada até o dia 20 de março de 2024, totalizou R\$7 mil (R\$197 mil em 31 de dezembro de 2023).

A partir do dia 21 de março de 2024, após a efetivação da compra da Companhia pela IEB, não houve remuneração da administração, que passou a ser remunerada diretamente pelos controladores.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	122.387	162.040
Outras receitas (a)	5.157	998
	<u>127.544</u>	<u>163.038</u>
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(11.762)	(15.129)
ISS	(16)	(16)
Encargos do consumidor (b)	(6.170)	(7.318)
	<u>(17.948)</u>	<u>(22.463)</u>
Total	<u>109.596</u>	<u>140.575</u>

(a) Contrato de Conexão às Instalações do Sistema de Transmissão (CCT) com a Enerpeixe S.A. assinados pelas partes em 2008, cuja responsabilidade da operação e manutenção das instalações de conexão é da usuária, durante toda a vigência do contrato.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

17. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	(3.843)	(5.819)
Material	(916)	(787)
Serviços de terceiros	(14.551)	(8.782)
Arrendamento e aluguéis	(168)	(145)
Depreciação	(24.377)	(23.610)
Outras receitas (despesas) operacionais	(645)	(2.207)
Total	<u>(44.500)</u>	<u>(41.350)</u>

(a) A variação no período é decorrente principalmente dos (i) reparos das torres, (ii) aquisição de disjuntores, e (iii) investimentos no Sistema Especial de Proteção (SEP) ocorridos em 2024.

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendimento de aplicações financeiras	11.668	28.322
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(559)	(1.267)
Outras receitas financeiras	356	20
Total de receitas financeiras	<u>11.465</u>	<u>27.075</u>
Encargos da dívida	(49.916)	(67.496)
Outras despesas financeiras	(2.901)	(10.494)
Total de despesas financeiras	<u>(52.817)</u>	<u>(77.990)</u>
Saldo Final	<u>(41.352)</u>	<u>(50.915)</u>

19. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

	<u>Vigência</u>	<u>Limite máx. indenizável</u>
Responsabilidade Civil (*)	20.12.2024 a 20.12.2025	50.000
Riscos operacionais (*)	20.03.2025 a 20.03.2026	159.965

(*)Estas apólices cobrem as coligadas da Companhia.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades; para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou de câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado.

20.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1	Custo amortizado	3.851	3.851	60.787	60.787
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	40.987	40.987	118.826	118.826
Contas a receber de clientes	1	Custo amortizado	<u>21.211</u>	<u>21.211</u>	<u>13.689</u>	<u>13.689</u>
Total do ativo			<u>66.049</u>	<u>66.049</u>	<u>193.302</u>	<u>193.302</u>

Passivo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	1	Custo amortizado	5.443	5.443	2.194	2.194
Debêntures	1	Custo amortizado	<u>390.845</u>	<u>396.052</u>	<u>500.171</u>	<u>499.240</u>
Total do passivo			<u>396.288</u>	<u>480.868</u>	<u>502.365</u>	<u>501.434</u>

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos de investimento onde os vencimentos limitam-se a dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

20.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos dias 16.01.2025 e 17.01.2025, foi detectado o desligamento automático da (i) LT 500kV Gurupi – Miracema, e (ii) LT 500kV COLINAS – MIRACEMA C3, respectivamente, com registro de falha na tentativa de religamento automático. Logo após o desligamento, foi constatado que 9 (nove) estruturas foram danificadas, sendo elas T187, T188 e T189 da LT 500kV COLINAS – MIRACEMA C3 e T73, T74, T75 T76, T77 e T78 da LT 500kV MIRACEMA – GURUPI C3. A Companhia investiu R\$6,5 milhões na recuperação de referidas estruturas, que voltaram a operar normalmente em (i) 27.01.2025 e (ii) 21.01.2025. Em 24 de março de 2025, a Companhia obteve liminar favorável à suspensão de aplicação de desconto na RAP, pela indisponibilidade das estruturas acima mencionadas.

22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

A Companhia seguiu a regulamentação societária para contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias e para fins regulatórios a Companhia seguiu a regulamentação regulatória determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória.

Balço patrimonial societário e regulatório – ativo

<u>Contas</u>	<u>Nota</u>	<u>2024</u>			<u>2023</u>		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
<u>Ativos circulantes</u>							
Caixa e equivalentes de caixa		3.851	-	3.851	60.787	-	60.787
Aplicação Financeira		40.987	-	40.987	118.826	-	118.826
Adiantamentos a fornecedores		6.799	-	6.799	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias		21.211	-	21.211	13.689	-	13.689
Serviços Pedidos		3.490	-	3.490	6.925	-	6.925
Tributos a compensar		12.861	-	12.861	14.874	-	14.874
Despesas pagas antecipadamente		7	(7)	-	7	763	770
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	117.727	117.727	-	125.373	125.373
Depósitos judiciais		260	-	260	244	-	244
Outros créditos a receber		407	-	407	328	-	328
Total dos ativos circulantes		89.874	117.720	207.593	215.680	126.136	341.816
<u>Ativos não circulantes</u>							
Depósitos e cauções		32	-	32	32	-	32
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	740.057	740.057	-	749.970	749.970
Imobilizado - transmissão	(iv)	432.795	(432.553)	242	438.991	(438.991)	-
Intangível	(iv)	4.870	(4.870)	-	4.207	(4.207)	-
Total ativos não circulantes		437.697	302.634	740.331	443.230	306.772	750.002
Total dos ativos		527.571	420.353	947.924	658.910	432.908	1.091.818

Balço patrimonial societário e regulatório – passivo

<u>Contas</u>	<u>Nota</u>	<u>2024</u>			<u>2023</u>		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
<u>Passivos circulantes</u>							
Fornecedores		5.443	-	5.443	2.194	-	2.194
Financiamentos		56.387	-	56.387	306.744	-	306.744
Obrigações tributárias e encargos		1.659	-	1.659	4.206	-	4.206
Encargos setoriais		8.394	-	8.394	10.197	-	10.197
Obrigações trabalhistas		544	-	544	530	-	530
Incentivos fiscais		-	-	-	539	-	539
Participações nos Lucros		-	-	-	563	-	563
Dividendos		2.154	-	2.154	2.943	-	2.943
PIS e COFINS diferidos	(iii)	-	-	-	-	9.559	9.559
Outros		657	-	657	2.077	-	2.077
Total dos passivos circulantes		75.238	-	75.238	329.993	9.559	339.552
Financiamentos		334.458	-	334.458	193.427	-	193.427
Encargos setoriais		266	-	266	-	-	-
Provisão para Riscos		21	-	21	-	-	-
PIS e COFINS diferidos		-	79.345	79.345	-	109.132	109.132
IRPJ e CSLL diferidos	(ii)	-	137.975	137.975	-	138.852	138.852
Incentivos fiscais		9.329	-	9.329	10.152	-	10.152
		344.074	217.320	561.394	203.579	247.984	451.563
Capital		143.790	-	143.790	143.790	-	143.790
Reserva legal		2.493	-	2.493	-	1.952	1.952
Reserva de investimentos		77.455	-	77.455	-	77.454	77.454
Reserva de lucros	(vi)	76.734	-	76.734	(18.452)	86.805	68.353
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		10.820	-	10.820	-	9.154	9.154
Reserva de Proventos excedentes da contabilidade societária		(203.034)	203.034	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	(vi)	108.259	-	311.292	125.338	175.365	300.703
Total dos passivos e patrimônio líquido		527.570	420.354	947.924	658.910	432.908	1.091.818

Demonstração do resultado do exercício

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Disponibilização do sistema de transmissão		127.543	(16.527)	111.016	163.038	3.782	166.820
		127.543	(16.527)	111016	163.038	3.782	166820
Tributos		(11.778)	(165)	(11.943)	(15.145)	(8.437)	(23.582)
PIS		(3.500)	1.373	(2.127)	(2.699)	(1.505)	(4.204)
COFINS		(8.262)	(1.538)	(9.800)	(12.430)	(6.932)	(19.362)
ISS		(16)	-	(16)	(16)	-	(16)
Encargos		(6.170)	-	(6.170)	(7.318)	-	(7.318)
Reserva Global de Reversão – RGR		(4.602)	-	(4.602)	(5.347)	-	(5.347)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(428)	-	(428)	(561)	-	(561)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(1.140)	-	(1.140)	(1.410)	-	(1.410)
Receita líquida	16	109.595	(16.692)	92.903	140.575	(4.655)	135.921
Custos e despesas	17	(44.500)	5.004	(39.496)	(41.350)	25.656	(15.694)
Pessoal		(3.843)	-	(3.843)	(5.819)	-	(5.819)
Material		(916)	-	(916)	(787)	(34)	(821)
Serviços de terceiros		(14.551)	(19.002)	(33.553)	(8.782)	2.086	(6.696)
Arrendamento e aluguéis		(168)	-	(168)	(145)	-	(145)
Depreciação e amortização		(24.377)	24.377	-	(23.610)	23.610	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(645)	(371)	(1.016)	(2.207)	(6)	(2.213)
Resultado da Atividade		65.095	(11.688)	53.407	99.225	21.001	120.227
Resultado Financeiro	18	(41.352)	-	(41.352)	(50.915)	-	(50.915)
Receitas financeiras		11.465	-	11.465	27.075	-	27.075
Despesas financeiras		(52.817)	-	(52.817)	(77.990)	-	(77.990)
Despesa com impostos sobre o lucro		(2.110)	878	(1.233)	(11.924)	(9.187)	(21.111)
Corrente		(2.110)	878	(1.233)	(11.924)	(9.187)	(21.111)
Lucro líquido do exercício		21.633	(10.810)	10.822	36.386	11.814	48.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

A seguir são detalhadas a natureza e as explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia adota nas suas demonstrações financeiras societárias, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes, e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida é composta por uma parcela que remunera o ativo da concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear, quando ocorrer a fase de operação.

As receitas de implementação da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que dita o CPC 47, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) PIS e COFINS diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- a) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1).
- b) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

A partir do exercício 2023 a ANEEL adotou o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em "Arrendamento" referente aos pagamentos futuros e "Imobilizado" referente o direito de uso. Os impactos da adoção inicial e movimentações ocorridas estão demonstrados nas notas explicativas nº 10 e nº 17.

(vi) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47 líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias

Conciliação do patrimônio líquido regulatório e societário (ICPC 01 (R1))

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Patrimônio líquido regulatório	108.258	125.338
Outros ajustes (NE 15.1)	38.480	-
<u>Ativo financeiro da concessão, líquido de Pis e Cofins:</u>		
Do exercício	(16.693)	(4.654)
Acumulado do exercício anterior	(15.145)	(10.491)
<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>		
Do exercício	878	(9.187)
Acumulado do exercício anterior	(9.187)	-
<u>Depreciação e outros custos capitalizados</u>		
Do exercício	10.767	29.998
Acumulado do exercício anterior	29.998	-
<u>Receita de revisão tarifária - RTP</u>		
Do exercício	-	(1.929)
Acumulado do exercício anterior	(1.929)	-
<u>Outras</u>		
Do exercício	(5.761)	(2.413)
Acumulado do exercício anterior	171.628	174.041
Patrimônio líquido societário	<u>311.292</u>	<u>300.703</u>

(vii) Receita Líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Receita de Revisão Tarifária - RTP

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à receita de oriunda da primeira revisão tarifária, conforme Resolução homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021, emitida pela ANEEL, que resultou em ganho registrado na rubrica de Receita de Revisão Tarifária - RTP nas demonstrações financeiras societárias. Essas receitas foram registradas de acordo com a aplicação do CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados. A próxima revisão tarifária ocorrerá no ano de 2026.

Conciliação do lucro societário e regulatório:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	10.822	48.201
Receita bruta (CPC 47)	16.527	(3.782)
Tributos e encargos – PIS e COFINS (CPC 47)	165	8.437
Depreciação e amortização (CPC 47)	(24.377)	(23.610)
Custos operacionais (CPC 47)	19.374	(2.047)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	(878)	9.187
Lucro líquido do exercício regulatório	21.633	36.386